

Hospital do Subúrbio de Salvador:  
inaugurado em setembro sob administração  
privada, beneficia 1 milhão de moradores



# Governo da Bahia planeja duas novas PPPs na gestão hospitalar

Estado, que realizou a primeira parceria público-privada do país na área da saúde, estuda levar o sistema para outras unidades, o Hospital do Câncer, em Salvador, e o Hospital da Chapada Diamantina

**Carolina Alves**  
calves@brasileconomico.com.br

Com apenas um mês de funcionamento, o Hospital do Subúrbio de Salvador, na Bahia, primeira parceria público-privada (PPP) do país na área da saúde, deve desencadear uma onda privada na gestão hospitalar da região. O governo da Bahia estuda estender o modelo a duas unidades em construção, o Hospital do Câncer de Salvador e o Hospital da Chapada Diamantina.

“A avaliação que temos da parceria até o momento, com base em pesquisas com a população local, é muito positiva. Por conta disso, já estamos estudando a possibilidade de levar esse modelo aos dois novos hospitais do estado”, projeta Mara Souza, coordenadora da PPP e diretora de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria de Saúde da Bahia.

Além de tornar o atendimento dos hospitais públicos

mais eficiente, a gestão privada pode reduzir os custos de manutenção das instalações e agilizar a aquisição de equipamentos. “Quando é o governo que tem de fazer as compras, demora muito tempo para a modernização da infraestrutura — dois meses apenas para o processo de licitação, fora a entrega dos equipamentos”, exemplifica Mara. Esse problema se repete com o modelo de Organizações Sociais de Saúde (*leia mais ao lado*), as chamadas OSS. Por mais que a gestão dos hospitais seja de iniciativa privada, é o governo do estado quem cuida das compras e demais custos, como contratos de seguro e informatização de sistemas. A Secretaria de Saúde da Bahia possui 11 contratos de OSS e 53 hospitais públicos.

No caso do Subúrbio, o consórcio ganhador da PPP, formado pela empresa baiana Promédica e francesa Dalkia, receberá,

## PALAVRA-CHAVE



### Organizações Sociais de Saúde (OSS)

Embora os contratos de OSS não sejam considerados PPPs, eles também envolvem a privatização da gestão de instituições públicas. A diferença está no tipo de parceria feita entre o governo e a iniciativa privada: as OSS participam apenas entidades filantrópicas, sem fins lucrativos. O setor público fica encarregado de repassar os recursos. Na área da saúde, o estado de São Paulo foi o primeiro a utilizar o modelo, em 1998. Na estrutura privada de gestão, o atendimento à população é gratuito, feito pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

por uma década, R\$ 103,5 milhões por ano. “Este será o único custo que o estado terá com o hospital, fora os R\$ 54 milhões que gastou na construção da unidade”, calcula Mara. Segundo ela, um hospital semelhante custa para o governo baiano cerca de R\$ 100 milhões. Contudo, neste valor não estão inclusas compras de equipamentos, apólices etc. Com as PPPs, isso é encargo da gestão privada.

### Disputa filantrópica

Embora o modelo de PPP na saúde ainda não esteja disseminado no Brasil, a área segue tendência de privatização da gestão de hospitais por meio das OSS. O estado de São Paulo, primeiro a aderir ao modelo no país, conta com 65 contratos desse tipo. A Secretaria de Saúde é responsável por 80 hospitais e ambulatórios especiais. Levantamento da pasta, inclusive, aponta que as unidades gerenciadas por OSS

atendem 25% mais pacientes e gastam 10% a menos na comparação com as unidades de administração direta. Entre os convênios firmados destacam-se a Casa de Saúde Santa Marcelina, a Associação Santa Catarina, a Fundação Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Com dez OSS em São Paulo, a Associação Santa Catarina é responsável pela gestão de R\$ 350 milhões do estado. Além disso, administra 11 OSS no Rio de Janeiro. “Esse é um segmento que vem crescendo exponencialmente no país. O modelo de OSS engessa um pouco a gestão em relação às PPPs, mas tem se mostrado eficiente para a área, pois traz propostas diferentes para a saúde pública, como a implementação de plano de carreira e salários”, analisa Cid Pinheiro, diretor corporativo das OSS da entidade. ■